



Esforço concentrado agiliza pauta de votações

(foto Carlos Kilian)



Servidores da Fazenda lotaram galerias e festejaram o resultado da apreciação do projeto

Dezenas de projetos foram apreciados durante a semana, com as Comissões realizando reuniões conjuntas e extraordinárias. Entre as principais matérias aprovadas está a que institui o plano de carreira, cargos e vencimentos dos servidores da Secretaria Estadual da Fazenda. Resultado de 14 anos de intensas discussões, o PLC nº 23/04 institui este plano.

Ainda no âmbito do serviço público, também foi aprovada a transferência de vagas nos quadros

da Polícia Militar, através do Projeto de Lei Complementar nº 21/04, de autoria do Executivo, e os Projetos de Lei nº 459 e 460, que estenderam o abono de R\$ 250, aprovado na semana passada, para os Policiais Militares, agentes prisionais e à Polícia Civil. Além disso, a efetiva aplicação de dispositivos do Estatuto do Idoso em território catarinense ficou assegurada com a aprovação do Projeto de Lei nº 301/04, apresentado pelo vice-presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL).

Páginas 6 e 7

Aprovado relatório final da CPI da Udesc

(foto Carlos Kilian)

Os deputados membros da CPI da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovaram, no último dia 6, o relatório final apresentado pela deputada Simone Schramm (PMDB). Lício Mauro da Silveira (PP) e Celestino Secco (PP) tiveram suas restrições e emendas incorporadas ao relatório como anexos. O relatório será ao Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal, Udesc e governo estadual. Durante 14 meses de trabalho, que resultaram em 46.500 páginas de documentos, depoimentos e informações, a CPI promoveu uma devassa na gestão administrativa, patrimonial e financeira da Udesc, de 1991 a 2003.



Relatório comprova desvio de dinheiro público

Página 5

Orçamento estadual

Os relatórios finais do Orçamento do Estado para 2005 e da revisão do Plano Plurianual 2004/2007, serão lidos no dia 13, às 14 horas, em reunião extraordinária da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL). As discussões e a votação começam na terça-feira (14), às 9 horas, também em reunião extraordinária. O relator da LOA (Lei Orçamentária Anual), deputado César Cim (PDT), solicitou um prazo maior, devido à grande quantidade de emendas apresentadas por parlamentares, em número de 474. A bancada do PT foi a que propôs o maior número de alterações, com 186 emendas que seguem basicamente as demandas elencadas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. A relatoria da revisão do PPA fica a cargo do deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB). (SD)

BR-101

Lula assina ordem de serviço

Com a presença de lideranças regionais - principalmente da região sul do Estado -, estaduais e nacionais, foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia no município de Palhoça, no último dia 3, a ordem de serviço da duplicação do trecho da rodovia desde o trevo de Palhoça até Osório, no Rio Grande do Sul.

(foto Olívio Lamas)



Presidente garantiu as obras de duplicação

Combustível seguro

Os combustíveis, fatores sempre considerados para aumento da inflação nas contas do governo, revelam, nos veículos, outros dissabores: da falta de qualidade às alterações e misturas prejudiciais aos motores. Com a idéia de garantir segurança ao consumidor, defendemos o seu direito de, ao abastecer em Santa Catarina, contar com as informações sobre procedência e qualidade do produto. Como já acontece no Rio Grande do Sul e em outros Estados.

Para isso, apresentamos à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 395.0/2004 - que se encontra em fase de análise pelas comissões - para regulamentar a venda de combustíveis ao consumidor final, assegurando-lhe, sobretudo, o direito às informações claras, corretas e precisas, exibidas sem parcimônia no reduto da loja, onde conste, ostensivamente, o nome da empresa distribuidora que fornece combustível para aquele posto de abastecimento.

Os postos somente poderão operar com combustível do fornecedor adotado, sendo vedado, às distribuidoras, entregar combustíveis para postos que ostentem e

exibam a marca ou identificação visual de distribuidora concorrente. O não cumprimento da determinação, que será fiscalizado pelo Procon, pela Secretaria da Fazenda e pelo Comitê Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis acarretará de multas à cassação da inscrição estadual.

O projeto de lei, que contou com a colaboração do Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, prevê que a multa aos revendedores que induzirem o consumidor ao erro, adquirindo e vendendo produto combustível de outra procedência, será arbitrada de acordo com a gravidade da infração, vantagem auferida à condição econômica do infrator, e aplicada mediante procedimento administrativo apurado pelo Procon.

Os postos, entretanto, terão assegurada a opção de não se vincular a qualquer empresa distribuidora de combustíveis, mas neste caso não poderão adotar nenhuma bandeira de distribuidora e o cliente saberá, ao abastecer, que o produto vendido é de procedência diversa e qualidade variada.

Deputado Onofre Santo Agostini (PFL)

Contribuição para uma nova universidade

Ao encerrar os trabalhos de relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Udesc, não poderia deixar de registrar as inúmeras dificuldades encontradas para desenvolver as atividades, mas com determinação e companheirismo conseguimos concluir um trabalho que poderá contribuir para uma universidade pública voltada para o zelo na utilização dos recursos públicos, buscando a transparência na aplicação desses, visando à melhoria da qualidade do ensino dos catarinenses.

Resumidamente, apresento algumas apurações da CPI: sem a devida autorização dos órgãos competentes, a Udesc, no período de 1999 a 2003 ampliou o número de vagas da Educação a Distância, de 200 alunos para o montante que ultrapassa a 18 mil alunos. Das despesas com o curso de Pedagogia na modalidade de Educação a Distância, apurou-se que vários processos licitatórios foram fraudulentos. Também apuramos que o Centro de Estudos e Projetos Educacionais e Culturais (CEPEC) foi estruturado por profissionais com

vínculos empregatícios com a Udesc, onde participou de vários processos licitatórios irregulares promovidos pela universidade, dos quais sempre foi a vencedora. Apurou-se com a quebra de sigilo bancário que o Cepecefetuou pagamentos com recursos públicos da Udesc aos diretores e conselheiros de seus quadros, servidores e ex-servidores da universidade, assim como pagamentos para empresas, cujos sócios proprietários pertencem ao quadro funcional da Udesc.

Diante dos fatos analisados e apurados neste relatório, recomenda-se uma ampla e irrestrita reestruturação. Entre as sugestões, que seja constituída pelo governo do Estado uma comissão mista integrada por representantes dos poderes Executivo e Legislativo, composta pelo Tribunal de Contas do Estado, Secretaria de Estado da Fazenda, Administração, da Educação e representantes da Assembléia Legislativa. Junto com a Udesc, esses órgãos vão apresentar uma nova proposta organizacional, administrativa e funcional a ser implementada pela Universidade.

Deputada Simone Schramm (PMDB)

Secco assume UPM

O deputado Celestino Secco (PP), presidente da Comissão do Mercosul, assume a presidência da UPM (União Parlamentar do Mercosul), durante encontro em Buenos Aires neste dia 10. Serão discutidos também o calendário de atividades da UPM para 2005 e o lançamento das atividades da reunião de abril em Florianópolis: IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, I Seminário sobre Recursos Hídricos do Mercosul - Aquífero Guarani e I Encontro de Empresários do Mercosul.

O deputado defende a ne-

cessidade de construir uma identidade cultural entre os países do Mercosul, um primeiro passo até chegar à integração econômica, como a moeda única. "Nossas línguas são parecidas, mas eles não compreendem o português. Com a troca de presidentes, os contatos reiniciam e há um grau de desconfiança econômica que dificulta a criação de laços", afirmou. Ele frisou ainda a participação de prefeitos no debate sobre o Aquífero Guarani, pois a aplicação da lei brasileira de Uso do Solo é de responsabilidade dos municípios. (RV)

Alunos da UnC conhecem gestão pública

Uma turma de 45 alunos da UnC (Universidade do Contestado), do Campus de Canoinhas, com o apoio do deputado Francisco de Assis (PT), esteve na Alesc para participar de curso sobre Gestão Pública. Segundo o professor do primeiro curso de Gestão Pública do país, Ivan Gilberto Krauss, a proposta é levar ao conhecimento dos alunos

como funciona, efetivamente, a gestão dos poderes Legislativo e Executivo, aproximando a teoria da prática. "Este curso de gestão pública é o primeiro do Brasil e tem o objetivo de qualificar os gestores para que possamos, num futuro próximo, alcançar políticas públicas com avaliação para solucionar problemas de ordem social", afirmou. (GMP)

Correção

Na edição nº 187, o AL Notícias errou ao re-produzir declaração do deputado Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP), na matéria "Insatisfação e dúvidas", relacionada aos projetos conta única e abono à SSP. Ele entende que o abono poderia ser concedido por meio de um decreto e não decreto-lei, como foi publicado. Também incorreta está a frase "O projeto diz que o abono sairá em janeiro do ano que vem, mas eu acredito que ele só pretende fazer em 2006". O parlamentar disse, sim, acreditar que o abono será pago no próximo e em anos subsequentes, já que sua suspensão depende da Lei nº 254, que não será aplicada em 2005.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Cidadão catarinense

O senador por Santa Catarina, Leonel Arcângelo Pavan (PSDB), nascido em Sarandi, no Rio Grande do Sul, em 7 de setembro de 1954, é também um catarinense. Em sessão solene na noite de quarta-feira (8), por proposição do deputado Jorginho Mello (PSDB), a Assembléia Legislativa concedeu a Pavan o título de Cidadão Catarinense, em reconhecimento ao seu trabalho e ações em benefício de Santa Catarina. "É uma forma de fazer justiça àquele que há muito tempo vem sendo um catarinense. Estou orgulhoso e feliz por contar com uma liderança do porte de Pavan como companheiro de partido, como homem público. Um homem movido por desafios e que os enfrenta de peito aberto em prol dos catarinenses", discursou Mello.

O parlamentar destacou a trajetória política de Pavan, que iniciou em 1982, quando elegeu-se vereador em Balneário Camboriú, sendo o candidato mais votado. Em sua segunda eleição, também saiu vitorioso e passou de vereador a prefeito, cargo que ocupou até 1992. Já em 1995, Pavan lançou-se candidato a deputado federal. Apesar de vencer, o deputado ocupou o cargo apenas por um ano, renunciando para concorrer novamente à prefeitura de Balneário Camboriú. Elegeu-se e permaneceu no cargo de 1997 a 2002, passando por mais uma reeleição.

Em seu quinto mandato, Pavan renunciou novamente para concorrer



Os tucanos Dado Cherem, secretário da Saúde, senador Pavan e o deputado Jorginho Mello

ao Senado, sendo eleito com 973.401 votos. O vice-governador Eduardo Pinho Moreira lembrou que foi na eleição de 2002 que os laços de amizade foram estreitados. O senador Leonel Pavan definiu sua ligação com o Estado, como uma forte relação de amor com Santa Catarina, onde construiu uma história pessoal e de vida pública e para quem dirige todos os esforços. Ele lembrou da importância especial de seu pai, Rodesino Pavan, que lhe deixou exemplo de união, tenacidade, luta e resistência. "É uma honra compartilhar do adjetivo catarinense. A cidadania adicional que recebo agora é muito importante porque ela

me torna mais catarinense do que aprendi a ser. Representa o acerto da minha escolha de cidadania", declarou Pavan.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que presidiu a sessão solene, ao encerrar o evento comentou sobre a empatia que nasceu entre ele e o homenageado, a admiração pela pessoa e pelo homem público. Participaram da solenidade, os deputados Mauro Mariani (PMDB), Djalma Berger (PSDB), Francisco Küster (PSDB), Rogério Mendonça (PMDB), Clésio Salvaro (PSDB), Odeete de Jesus (PL), Herneus de Nadal (PMDB), João Henrique Blasi (PMDB), Genésio Goulart (PMDB) e Julio Garcia (PFL). (SD)

Reforma política discutida na Alesc

O Fórum Permanente da Reforma Política, presidido pelo deputado Francisco de Assis (PT) e composto por um deputado de cada partido com assento na Casa, reuniu-se na terça-feira (7) para discutir as propostas que estão tramitando na Câmara Federal para a apresentação do relatório das audiências públicas realizadas nos dias 16 e 17 de novembro em Brasília, onde o presidente do Fórum esteve presente. A intenção do Fórum é apresentar e discutir o relatório em esfera estadual.

Junto com o relatório, todos receberá uma cartilha contendo os principais temas. Para Assis, a reforma visa ao fortalecimento dos partidos políticos, avançando para um sistema parlamentarista. "Isso acabará com as disputas pessoais. A campanha será feita pelo partido. Esta será a maior reforma que o país vai ter".

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP) defende a ida do Fórum a Brasília, para levar as sugestões. Já para o deputado peemedebista, Mauro Mariani, seria melhor trazer o próprio relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça no Congresso Federal, o deputado federal Rubens Otoni (PT/GO), para discutir aqui as propostas.

Os principais pontos da reforma são a proibição das coligações para eleições proporcionais, financiamento público das campanhas e lista fechada, no qual o voto passa a ser no partido e não mais no candidato. Na eleição para deputados federais, estaduais e vereadores, a partir de 2006, os filiados a um partido político, se quiserem ser candidatos a essas vagas, terão que concorrer em convenção partidária para compor a lista do partido. (DAB)

Certi completa 20 anos

A Fundação Certi (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras), instituição que desenvolveu a primeira urna eletrônica brasileira e mentora do projeto *Sapiens Parque*, recebeu na noite de quarta-feira (1º), homenagem pelos seus 20 anos. A solenidade foi proposta e presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB) e contou com a presença dos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Jorginho Mello (PSDB) e Genésio Goulart (PMDB).

Criada em 1984 por iniciativa de algumas empresas brasileiras, UFSC e governos estadual e federal, a Certi é uma organização privada de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Tem reconhecimento nacional e internacional pelo desenvolvimento de projetos inovadores que envolvem soluções de convergência digital. Além disso, está voltada para o desenvolvimento de produtos e soluções inovadoras para empresas. Possui quatro Centros de Referência em Florianópolis e unidades

em Manaus e Brasília.

A Fundação foi responsável pela criação e implantação de uma das primeiras incubadoras de empresas de base tecnológica no Brasil, o Celta, e desde 2000 vem desenvolvendo pesquisas em ampliação de tecnologias digitais e centradas no ser humano na chamada Economia da Experiência. Nesta, educação, entretenimento, estética e interação são os novos elementos de competitividade na geração de valor em produtos e serviços. O melhor exemplo é o *Sapiens Parque*, projeto de desenvolvimento urbano, econômico, tecnológico, ambiental e social formado por um complexo de empreendimentos turísticos, educacionais, ambientais e empresariais que visam promover uma experiência memorável ao visitante.

"Através de uma iniciativa da UFSC, incentivada pela Se-



Schneider, Blasi e Caspar Stemmer, idealizador da Certi e ex-reitor da UFSC

cretaria Especial da Informática, foram criados 27 centros semelhantes à Certi. Entretanto, o único centro que deu certo foi o catarinense", contou Carlos Alberto Schneider, superintendente geral da Fundação Certi. Na época, lembrou, estava-se sob a lei de informática, que era benéfica, porém gerava problemas para execução e capacitação do

melhoramento tecnológico. O centro de Campinas, em São Paulo, contou ele, estava programado para ser o Centro Nacional e recebeu do governo federal investimentos expressivos. "Na verdade, a nossa proposta era de ser um centro que funcionasse como ponte entre o setor produtivo e a UFSC. Catarinenses e paulistas fizeram um in-

vestimento inicial. Depois de cinco anos, construiu-se um prédio próprio e outras empresas aderiram, mas a operação do Centro sempre foi auto-sustentável. O conceito que temos em mente e que praticamos é o de querer aperfeiçoar ainda mais a transferência de conhecimento para o setor empresarial", concluiu.

Placa - Durante a solenidade, Schneider foi homenageado com uma placa. O deputado Blasi encerrou afirmando que o melhor que o Poder Legislativo pode fazer pela Fundação é dar apoio. "Eles acabam nos trazendo o conhecimento sobre equipamentos e situações do dia-a-dia, como um saque ou depósito bancários, ou o próprio voto eletrônico, com muita segurança para o processo democrático. Imaginei que o melhor que poderia fazer para a Certi era levar o reconhecimento de Santa Catarina, como gratidão desse trabalho da Fundação, que muito faz, mas pouco divulga", concluiu o parlamentar. (DAB)

Polêmica na discussão de projetos da educação

Comissões de Educação e de Justiça estiveram reunidas na manhã de terça-feira (7) com representantes do setor educacional, durante audiência pública que debateu os Projetos de Lei Complementar nº 29, 30, 31 e 32, de autoria do Executivo, que transformam cargos na estrutura da Secretaria da Educação e Inovação do Estado.

Segundo o secretário da Educação em exercício, Diomário Queiroz, hoje existem 14 mil vagas para especialistas em educação. Os projetos enviados pelo governo mantêm 6 mil vagas: 2 mil já ocupadas e mais 4 mil de reserva. Além disso, outras 3 mil vagas não ocupadas são transformadas em assistente educacional e mais 5 mil em assistente técnico pedagógico.

“Esses projetos proporcionam melhor distribuição e valorização do trabalho de todos”, argumentou o secretário, que recebeu o endosso do líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e das deputadas Odete de Jesus (PL) e Simone Schramm (PMDB). Esses três parlamentares afirmam que os projetos são positivos para o magistério estadual. “É preciso dar estrutura educacional aos profissionais da área

e é essa a proposta apresentada”, disse Simone.

Faz tudo

Mas outros parlamentares, e representantes do magistério presentes nessa audiência, não concordam com os projetos do governo. O primeiro parlamentar a se manifestar contrariamente foi Dionei Walter da Silva (PT). Em seu pronunciamento, o deputado disse que um dos projetos cria a função do diretor de 20 horas, permitindo três turnos de diretores nas escolas. “É a ‘casa da mãe Joana’. Mais uma vez se brinca com a educação em Santa Catarina”, criticou.

A vice-presidente da Associação dos Supervisores Escolares, Rosiméri Jorge da Silva, lamentou os projetos que, conforme afirmou, foram criados de cima para baixo, sem consultar professores e especialistas. “O governo economiza com a educação. Quer extinguir o especialista, sem levar em conta que a escola está sucateada, com evasão e repetência, e quer criar a figura do ‘faz tudo na escola’, que varre, faz me-

renda. A educação precisa de profissionais e não de tarefeiros. Queremos concurso já para preencher as vagas de especialistas”, desabafou.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Educação, Antônio Valmor dos Santos, o governo está na contramão da história da educação. “É preciso democratizar a escola. Não há proposta curricular. Esses projetos acabam com nosso plano de carreira”.

Em seguida, a presidente da

Associação dos Orientadores Educacionais, Marilys Barreto, declarou que a transformação de cargos no magistério não é a solução para os problemas do setor. “Precisamos de articuladores pedagógicos”, sintetizou.

Valorização

Num pedido de valorização do profissional da educação, a professora Cássia Regina Garcia Soares, do Instituto Estadual de Educação, lembrou da importância do professor na formação das

pessoas. “Se temos médicos, deputados, é graças aos professores. Não somos brincados. O Instituto Estadual de Educação já foi referência em educação na América Latina. Hoje estamos numa situação vergonhosa, sem estrutura pedagógica. Precisamos ter condições de trabalho e salários dignos”, desabafou.

Os deputados Joares Ponticelli, líder do PP, e Paulo Eccel (PT) também discordam da forma como foram elaborados os projetos. Ponticelli

disse que o governo está sem crédito com o setor educacional e que promessas feitas aos especialistas, como a inclusão no abono, não foram cumpridas. “Os policiais foram incluídos, os professores não. São dois pesos e duas medidas”. Eccel declarou sua preocupação em relação aos projetos do Executivo. “O governo tinha se comprometido em encaminhar o plano estadual de educação para a Assembléia até o mês de abril passado. Não há esboço dele aqui na Casa”, anunciou. (RMPP)



Comissões realizaram reunião conjunta no Plenário para debater as propostas

Segurança aprecia diversos projetos

Os deputados membros da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), reunidos na manhã de quarta-feira (8), foram favoráveis à admissibilidade de três projetos de lei. O de autoria do deputado José Paulo Serafim (PT), dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de válvulas de segurança de alívio de fluxo nos recipientes destinados à armazenagem de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo). Pela proposição, todos os recipientes destinados à armazenagem de GLP, abastecidos por massa em base de engarramento e transportados cheios para troca devem ser dotados de válvulas de segurança de alívio, possuir registro indelével da data da fabricação e/ou passarem por teste, e apresentar etiquetas com instruções de uso, de segurança e de controle da data de validade do recipiente.

No Brasil, apenas os recipientes com capacidade volumétrica correspondente ou su-



Matérias apreciadas pela Segurança vão a Plenário antes do recesso

perior a 20 quilos de GLP são dotados de válvula de segurança de alívio e os botijões de 13 quilos, comumente usados em residências, são dotados de plugue-fusível que evita o rompimento do recipiente mas que, depois de aberto, não é mais

possível fechar, liberando todo o combustível para o ambiente. “Conforme dados recolhidos junto ao Corpo de Bombeiros, somente em 2003, na Região da Grande Florianópolis, foram registrados 42 vazamentos de GLP, boa parte das vezes segui-

ria, deputado Serafim, ressaltou que não existe nenhuma lei específica regulando essa prática e que a instalação vem sendo feita de forma indiscriminada, pois os proprietários efetuam a ligação à rede energizada de 220 volts, sendo que o cho-

dos de incêndios e explosões, demonstrando a gravidade da falta do instrumento de segurança proposto no projeto”, justificou.

Cercas – Também o projeto de autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB) e de proposta do deputado Jorginho Mello (PSDB), apensado ao primeiro, que dispõe sobre a proibição da energização de cercas ligadas diretamente na rede elétrica. O relator da matéria,

de 110 volts já é suficiente para causar a morte de uma pessoa. Em sua justificativa, Godinho enfatiza que o objetivo do projeto de lei é o de “proibir a eletrificação de cercas diretamente na rede elétrica, na zona rural ou urbana, observando que é inaceitável o número crescente de mortes, principalmente de crianças. A instalação, a manutenção e a fiscalização das cercas dotadas de corrente elétrica deverão ter acompanhamento de um técnico legalmente habilitado junto ao CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), devendo apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), bem como emitir relatório técnico”, diz o projeto. O último a ser apreciado foi o PL nº 021/04, que altera quadros da Polícia Militar e já recebeu aprovação do Plenário na sessão de quarta-feira (8).

Participaram ainda da reunião os deputados João Henrique Blasi (PMDB), César Cim (PDT) e Antônio Ceron (PFL). (CA)

CPI da Udesc

(foto Carlos Kilian)



Deputados Lício (em pé) e Celestino (penúltimo, à direita) apresentaram emendas com restrições

Entre tantas irregularidades detectadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 2003, foi comprovado o superfaturamento na aquisição de equipamentos importados, fraudes em licitações, pagamentos irregulares, cobrança indevida de alunos e abusos na expansão do programa Ensino a Distância. Cinco pessoas, entre elas dois ex-reitores, foram acusadas de improbidade administrativa.

A CPI iniciou após denúncias contra o Ensino a Distância e chegou a números que surpreenderam. Em sete processos de licitação para compra de equipamentos no estrangeiro, por exemplo, ficou constatado o descumprimento dos mais elementares ritos exigidos pela lei. Juntos, os contratos custaram aos cofres públicos 1,6 milhão de dólares (ou R\$ 4,2 mi). As empresas que venceram as licitações (Bigness Comercial Importadora Limitada, Easy Group

Internacional INC, United Commerce Corporation e Luso-lepus Comércio Internacional Ltda.) têm como sócio proprietário a mesma pessoa, cujo nome não foi revelado no relatório. Conforme o relatório, apenas um aparelho de ultrassom comprado da Easy Group custou 53 mil dólares à Udesc, enquanto o preço pelo mesmo equipamento para importação direta é de 11.700 dólares. Somente nesse produto, houve superfaturamento de 453%.

Restrições -

Os deputados Celestino Secco (PP) e Lício Mauro da Silveira (PP) apresentaram emendas e restrições ao relatório e, por sugestão do deputado Júlio Gar-

cia (PFL), o voto vista dos parlamentares foi incluído como anexo ao documento final que será encaminhado aos órgãos competentes. Por sugestão do

deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), o relatório também vai ser encaminhado ao Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da União e Tribu-

conseguimos levantar inúmeras irregularidades e esperamos que, a partir de agora, a situação tome outro rumo", observou o presidente da CPI. (CA)

nal de Contas da União.

O presidente da Comissão, deputado Paulo Eccel (PT), ao encerrar os trabalhos da CPI, avaliou que o parlamento contribuiu muito para com os destinos da universidade pública catarinense e várias sugestões apresentadas pela relatoria já estão sendo utilizadas pela atual administração da Udesc. "Nossa preocupação era de poder apurar todas as denúncias. Nestes 14 meses, sem recesso,

Deputados ouvirão envolvidos em denúncias sobre o Bolshoi

(foto Alberto Neves)



Ouida de envolvidos nas denúncias foi solicitada pelo deputado Dentinho à CFT

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), irá ouvir em reunião especial, no próximo dia 15, às 9 horas, por proposição do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), algumas pessoas que foram citadas no processo do Ministério Público Federal e Estadual, envolvendo denúncias acerca da administração da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, com sede em Joinville.

Serão convidados o presidente da Fundação Cultural de Joinville, Carlos Aduato Virmond Vieira, o atual presidente do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, Sílvio Snicikowski, o diretor da R. Prestes Representações Ltda. e da Progress Assessoria e Representações Ltda., Antônio João Ribeiro Prestes, o diretor da NBQ - Assessoria e Representações Ltda., Ney Barreto Quintino, o diretor da ZAIT-ZTR do Brasil Representações Ltda., Yuri Alexandre Ribeiro, os diretores administrativo e financeiro do Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, respectivamente, Sérgio

Ayres Filho e Luiz Carlos Meinert, e a senhora Joseney Braska Negrão. Também será convidado o Procurador da República em Joinville, Davy Lincoln Rocha, que fez as denúncias envolvendo a Escola do Teatro Bolshoi.

Inicialmente, o requerimento apresentado pelo deputado Dentinho previa ainda o convite ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao prefeito de Joinville, Marcos Tebaldi, por terem sido gestores dos recursos públicos repassados à escola. O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) pediu que os dois fossem ouvidos somente se surgisse algum questionamento posterior à reunião envolvendo ambos. (SD)

Saúde apresenta relatório trimestral do SUS

A Comissão de Saúde, presidida na sessão da manhã de terça-feira (7) pela deputada Ana Paula Lima (PT), realizou audiência pública para a apresentação, pela Secretaria de Estado da Saúde, do relatório trimestral do SUS, relativo aos meses de julho a setembro de 2004, conforme o que determina o Artigo 12, da Lei Federal nº 8689/93, e o Artigo 9, do Decreto Federal 1651/95. A apresentação foi feita pelo diretor de Planejamento e Coordenação da Secretaria, Flávio Magajewski, contando com a presença da deputada Simone Schramm (PMDB), integrante da Comissão, do representante do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Odilon Inácio Teixeira, e do membro do Conselho Estadual de Saúde, Alessandro Pickclus.

Magajewski iniciou a apresentação do relatório de prestação de contas mostrando o resumo da programação orçamentária da Secretaria para 2004, num total de R\$ 839.064.948, sendo R\$ 505.649.698 da fonte 00 (Tesouro Estadual), R\$ 63.415.250 da fonte 10 (Convênio MS) e R\$ 270 milhões da fonte 40 (arrecadação da SES). Também fo-

ram apresentados os percentuais destinados a cada programa, resultados da classificação orçamentária, execução orçamentária do terceiro trimestre, teto financeiro mensal de assistência ambulatorial, produção ambulatorial, assistência hospitalar no Estado e principais recursos aplicados na assistência hospitalar do SUS em Santa Catarina, principais recursos aplicados na assistência farmacêutica, ações da assistência farmacêutica, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, ações desenvolvidas pelo Lacen e auditorias do Sistema de Saúde.

O diretor de Planejamento anunciou também o lançamento do edital para seleção pública de projetos de pesquisa e de desenvolvimentos prioritários para o SUS, com a finalidade de apoiar atividades de pesquisa mediante o aporte de recursos financeiros a projetos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação da área de saúde no Estado de Santa Catarina. Magajewski lembrou que todos os dados referentes ao relatório de prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde podem ser observados no site www.saude.sc.gov.br. (CA)

Aprovados

Vagas na PM

O Projeto de Lei Complementar nº 021/04, de autoria do Executivo, que transfere vagas do Quadro de Praças Combatentes para o Quadro Especial de Cabos e Terceiros-sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina. De acordo com o projeto, o Quadro Especial de Cabos e Terceiros-sargentos da Polícia Militar de Santa Catarina, criado pela Lei nº 6.153, de 21 de setembro de 1982, fica acrescido de 80 vagas para terceiro-sargento e 800 vagas para cabo, transferidas do Quadro de Praças Combatentes, criado pela Lei Complementar nº 172, de 15 de dezembro de 1998. Além disso, as vagas do Quadro Especial de Cabos e Terceiros-sargentos transferidas serão ativadas anualmente e nas datas de promoção de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar. (CA)

Organização

Projeto de Lei nº 247/04, de origem governamental, que organiza os serviços de verificação de óbito em Santa Catarina. O objetivo da Secretaria de Estado da Saúde é regulamentar o serviço de verificação de óbito, visando esclarecer a *causa mortis* em casos de óbito recente por moléstia mal definida ou sem assistência médica. A implantação do serviço em outras regiões evitará um vácuo no sistema de informações, que prejudica uma avaliação consistente em relação aos investimentos em assistência à saúde. (TK)

Alteração

Projeto de Lei Complementar nº 14/04, de autoria do Executivo, que altera o inciso XVIII do Artigo 56 da Lei Complementar nº 243/03, que estabelece nova estrutura administrativa ao Poder Executivo. O dispositivo se refere à designação do município sede da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São José, aumentando sua área de abrangência, passando a ser designada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. (GMP)

Olho-de-gato

Projeto de Lei nº 305/04, do deputado Julio Garcia (PFL), que obriga o uso de refletivos tipo olho-de-gato nas lombadas ou quebra-molas nas rodovias estaduais. A medida, conforme justificativa do autor, visa sobretudo proteger os motoristas, evitando acidentes principalmente à noite e sob chuva ou neblina. (RV)



Plenário esteve agitado durante a penúltima semana de atividades legislativas

Logomarca

Projeto de Lei nº 290/04, de origem do deputado Jorginho Mello (PSDB), que autoriza empresas públicas ou privadas a gravar sua logomarca em uniforme, mochila, pasta e ou material escolar doado a aluno de escola pública municipal ou estadual. Segundo Mello, a postura mais moderna de gestores da administração direciona as empresas para que se transformem em empresas-

cidadãs, ou seja, que assumam compromissos sociais, até como fator de sustentação das marcas no mercado. "Assim, consideramos que a parceria empresa-escola é iniciativa salutar para que supram as necessidades básicas de nossos estudantes, em especial os mais carentes, que terão outro estímulo aos estudos por contarem com uniforme, mochila e material escolar completo". (DAB)

Saúde Pública

Substitutivo Global, de Ana Paula Lima, ao Projeto de Lei nº 399/03, de sua autoria, que determina a obrigatoriedade de processo de higienização em locais de acesso público, climatizados ou não, e de Tratamento de Saúde. Para a parlamentar essa Lei servirá como instrumento de prevenção, com bastante tempo de vantagem

para ser usada no combate ao possível contágio por epidemias, como foi o caso da pneumonia asiática. A Esterilização é o processo que promove completa eliminação ou destruição de todas as formas de microorganismos presentes: vírus, bactérias, fungos, protozoários, esporos, para um aceitável nível de segurança. (DAB)

Desportista

Fica instituído o dia 20 de dezembro como a data comemorativa ao Desportista Catarinense. A proposição, de autoria do deputado Francisco Küster (PSDB), foi aprovada na tarde do dia 7 em Plenário. Para efeitos da lei, conside-

ra-se desportista catarinense todo o indivíduo nascido ou não no Estado, mas que aqui pratica esporte individual ou coletivo, ou ainda que, sem o praticar, contribui para o fortalecimento e desenvolvimento de alguma atividade esportiva. (SD)

TJ

Projeto de Lei Complementar 16/04, do Tribunal de Justiça, que cria cargos no quadro de pessoal da Secretaria daquele órgão. São 26 cargos de Agente Operacional de Serviços Diversos, dois cargos de Assessor Especial do Gabinete da Segunda Vice-Presidência e foram transformados dois cargos de Secretário Jurídico em cargos de Assessor Especial do Gabinete da Segunda Vice-Presidência e de Assessor Especial do Gabinete da Terceira Vice-Presidência, Grupo Direção e Assessoramento Superior. (RV)

Capitais

Angelina passa a ser reconhecida como Capital Catarinense das Graças e a cidade de Ouro é a Capital do Associativismo. Ambas as proposições são de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP). (GMP/SD)

Etnia

Projeto de Lei nº 342/04, da autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que institui o Dia Catarinense da Etnia Alemã, a ser comemorado anualmente no dia 1º de março, e deverá constar no calendário oficial do Estado. A data escolhida registra, no ano de 1829, o início da colonização alemã em Santa Catarina. (RV)

Empresa

Projeto de Lei nº 38/04, da deputada Ana Paula Lima (PT), que institui o dia 29 de março como o Dia Estadual das Micro e Pequenas Empresas e estabelece que fica a cargo da Codesc (Companhia de Desenvolvimento de SC) a programação e realização de eventos, bem como a conscientização e divulgação desta lei. (RV)

Lojista

Projeto de Lei nº 222/04, do deputado Paulo Eccel (PT), que institui o Dia do Lojista Catarinense, a ser comemorado no dia 22 de setembro, dia de fundação da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, que congrega cerca de 150 Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado e contabiliza 25 mil associados. (RV)

Espaço

Projeto de Resolução 12/04, da deputada Simone Schramm (PMDB), que cria na programação da rádio e da TV da Alesc o espaço institucional "Minuto da Mulher", para uso do Cedim/SC (Conselho Estadual da Mulher). (RV)

Troféu

Proposição do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que cria o Troféu de Respeito à Cidadania e à Diversidade. A intenção é homenagear pessoas físicas e jurídicas que, no campo de suas atividades, realizaram relevantes trabalhos ou destacaram-se na defesa dos direitos da comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. A entrega será feita em sessão solene, um mês após a data alusiva ao aniversário de fundação da AGLBT (Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), em 3 de fevereiro.

A outorga dos troféus será feita por indicação dos parlamentares e da presidência da AGLBT, contendo dados completos dos homenageados, bem como os serviços prestados à comunidade. (SD)

Plenário aprova plano de carreira da Fazenda

(foto Carlos Kiltan)



Referendo da Assembléia ao plano de carreira encerrou 14 anos de discussões

O substitutivo global do deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao Projeto de Lei Complementar nº 23/04 recebeu aval de todas as bancadas. Antes da votação, o parlamentar comentou as críticas que o governo vinha recebendo. Blasi acredita que desta vez deve ser reconhecido o esforço, pois trata-se de um anseio da categoria, de mais de dez anos. “Desta vez vai se transformar em realidade graças à sensibilidade do governo do Estado e desta Casa, que aprimorou o projeto de lei.”

Blasi também ressaltou a importância da participação na discussão dos deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Manoel Mota, líder do PMDB, e do secretário da Organização do Lazer, deputado licenciado Gilmar Knaesel (PSDB). “Fiz um substitutivo global para aprimorar o projeto. Temos o direito e o dever de fazer isso. Não somos um cartório que só carimba o que vem pronto. Estamos aten-

dendo os servidores da Secretaria da Fazenda, pela sua atuação decisiva. Este projeto não gera nenhuma despesa para o governo estadual”. O deputado Vieirão lembrou que o Plano de Carreira da Fazenda já existia, mas que a Alesc o transformou em uma carreira única. Vieirão, que trabalha no Tesouro do Estado desde 1959, disse que a entidade nunca dependeu de política para conseguir os seus anseios. “Quando o projeto chegou a esta Casa fui totalmente favorável, juntamente com a bancada do PP. Vocês conquistaram o que necessitavam para continuar realizando os seus serviços. A Secretaria da Fazenda encaminhou um projeto que unificou a carreira de autor fiscal e agora técnico fazendário”, afirmou Vieirão em seu discurso.

Unanimidade - O deputado Joares Ponticelli (PP) precisou se ausentar do Plenário, porém, antes deixou

o encaminhamento para sua bancada votar pelo sim neste projeto.

O líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, declarou que este projeto foi o mais debatido da história da Casa. “Foi amplamente discutido não só por esta Casa, como também pela Casa Civil, Tribunal de Justiça, etc. Todos tiveram a oportunidade de debater e peço a solidariedade dos colegas deputados para a sua aprovação”, afirmou.

A bancada do PT votou integralmente a favor do projeto negociado pelos próprios servidores, depois de aceitar desobstruir a pauta. “Vamos desobstruir a votação para facilitar e para que aja quórum. Quero lembrar que a nossa bancada só iria desobstruir a pauta depois que dialogasse com o governo a cerca da política salarial dos trabalhadores, seja da saúde ou da educação. Isso ainda não aconteceu, mas vamos votar”, justificou o deputado Paulo Eccel (PT). (DAB/TK)

Aplicação do Estatuto do Idoso

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 301/04, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini (PFL), que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 10.741/03, o Estatuto do Idoso, no âmbito estadual. A Lei nº 10.741/03 assegura que os planos de saúde que operam no Estado ficam proibidos a efetuar cobranças de valores diferenciados dos associados com 60 ou mais anos de idade e a negativa de qualquer trabalho ou emprego pelo critério de idade quando a

função a ser exercida não for considerada incompatível.

A lei ainda menciona que o Poder Executivo deverá criar e estimular programas de incentivo para absorção de mão-de-obra idosa pelas empresas privadas e o Poder Judiciário deverá criar varas exclusivas para o atendimento dos idosos na Comarca de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Lages, Chapecó e Criciúma.

De acordo com o parlamentar, é preciso pôr em

prática o Estatuto do Idoso e o Estado deve avançar na consolidação do mesmo. “O Estatuto representa um marco na luta por melhores condições de vida dos idosos brasileiros. Ele consagra o direito fundamental do homem e da mulher em sua plenitude, independente da velhice. Em face disso, não podemos deixar os direitos dos idosos apenas no papel. Precisamos garantir a sua cidadania plena”, concluiu. (GMP)

Gestão Fiscal

O parlamento aprovou o Projeto de Lei nº 332/04, de origem do Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 11.852, de 2001, que cria o Cegefi (Conselho Estadual de Gestão Fiscal). O Conselho de Gestão Fiscal é um dos mais novos instrumentos de acompanhamento e de avaliação do uso de recursos orçamentários e financeiros públicos. Tem sua origem no Artigo 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Esta lei prevê o acompanhamento e a avaliação, de forma política e da operacionalidade

da gestão fiscal, que serão realizados por conselho de gestão fiscal constituído por representantes de todos os Poderes e esferas do Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade.

As mudanças previstas nesse projeto de lei são a de colocar três representantes do Poder Executivo Estadual, com a seguinte disposição: um membro da Secretaria de Estado da Fazenda, dois membros das secretarias de Desenvolvimento Regional, que se revezarão a cada seis meses, em sistema rotativo, além de colocar apoio técnico e administrativo do Cegefi será prestado pela Secretaria de Estado da Fazenda. (DAB)

Agenda

Dia 13, 14h – Reunião extraordinária da Comissão de Finanças – Leitura dos relatórios finais do Orçamento 2005 e da revisão do PPA 2004/07

Local: Sala de Imprensa

Dia 14, 8h às 22h – Sessões ordinárias e/ou extraordinárias

Local: Plenário

Dia 14, 9h – Comissão de Justiça – Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 378/04, do deputado Paulo Eccel (PT), que veda a cobrança de mensalidade da assinatura básica

Local: Sala de Imprensa

Dia 15, 8h às 22h – Sessões ordinárias e/ou extraordinárias

Local: Plenário

Dia 15, 9h – Comissão de Finanças – Reunião especial para ouvir pessoas citadas pelo Ministério Público no caso da Escola Bolshoi, de Joinville

Local: Sala de Imprensa

Dia 16, 8h às 22h – Sessões ordinárias e/ou extraordinárias

Local: Plenário

Dia 16, 14h – Comissão de Agricultura – Seminário “Agregação de valores na agricultura familiar”

Local: Plenário da Câmara Municipal – Jaraguá do Sul

III Secomlegis

(fotos Solon Soares)

Profissionais da área de comunicação das assembleias legislativas de 15 estados, além da Câmara Federal e do Senado, estiveram em Florianópolis participando do III Secomlegis (Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo), nos dias 3 e 4, no Plenário da Alesc. O evento foi realizado em parceria entre a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Unale (União Nacional dos Legislativos Estaduais) e Parlasul (Parlamento do Sul) e foi aberto pelo primeiro secretário da Mesa, deputado Romildo Titon (PMDB), representando o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Também compuseram a mesa a deputada Odete de Jesus (PL), representando o presidente da Unale, Leal Júnior, o deputado Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação, o presidente da Câmara de Vereadores de Lavras (MG), Paulo Antônio Cerqueira, o presidente do Parlamento do Sul, deputado Maurício Picarelli, a diretora da Divisão de Imprensa da Alesc, Marise Ortiga Rosa, e a relações públicas da Alesc, Sônia Arruda.

Titon abriu os debates falando da importância da comunicação em casas legislativas, sejam elas municipais, estaduais ou de âmbito federal. "É de suma importância que a sociedade saiba com clareza o que se passa em uma casa legislativa, e por isso o trabalho dos profissionais desta área é fundamental."

Conforme Odete de Jesus, a Unale se propõe a promover seminários como este a fim de atualizar funcionários de carreira e promover troca de experiências entre os legis-



Legislativos de todo o país participaram do Seminário de Comunicação

lativos estaduais, na busca pelo aprimoramento de ações.

Já para Maurício Picarelli, a casa legislativa é um "produto" que precisa ser passado à sociedade com clareza e ética, pois só assim ela se manterá bem informada. "A imprensa costuma buscar no Legislativo o que há de mais errado, procurando destacar esses erros. Entretanto, a sociedade precisa ser informada de todo o resto e não apenas sobre o que não está correto", afirmou. O Corpo de Ballet do professor Betinho Ghisland, do Centro Educacional Cultural de Brusque, prendeu a atenção dos participantes. Ao todo, 15 meninas encenaram uma parte da peça "Não vejo, não ouço, não falo", que trata da má programação da tevê brasileira, criticando, principalmente, programas apelativos.



Marise Ortiga Rosa e Francisco José Karam

Comunicação, Ética e Interesse Público

Este foi o tema trazido pelo palestrante Francisco José Karam, professor e doutor do Curso de Jornalismo da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Karam defendeu a ética e a transparência no poder público, já que é um direito da sociedade saber o que ocorre em nos legislativos. "Deve-se trabalhar contra a falta de ética e, para isso, a apuração jornalística é de fundamental importância, para não ocorrerem erros de informação", avaliou.

Segundo Karam, a sociedade hoje dispõe de inúmeros meios de informação e, exatamente por isso, não consegue se manter completamente informada. "Por isso, a importância dos legislativos terem seu próprio meio de comunicação, produzindo um trabalho de qualidade que facilite ao público o acesso e o entendimento da informação", argumentou.

Após esta palestra, os participantes iniciaram um debate sobre comunicação, com a finalidade de conhecer as dificuldades que cada Assembleia encontra e de buscar novos caminhos para o desenvolvimento das atividades. Cada área afeita à Comunicação (Cerimonial, Relações Públicas, Rádios e Tevês legislativas), foi tema de debates e apresentação de cases. (TK)

Escola do Legislativo completa quatro anos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Escola do Legislativo de Santa Catarina comemorou na tarde de segunda-feira (6) o seu quarto aniversário. Presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), a Escola foi criada no dia 19 de dezembro de 2000, pela Resolução 72. Desde a sua criação, já capacitou mais de 5 mil alunos, entre parlamentares, servidores da Alesc e dependentes, servidores públicos estaduais, vereadores, servidores das câmaras municipais e setores da comunidade.

Entre as atividades desenvolvidas destacam-se seminários, cursos, palestras, ciclos de debates, lançamentos de livros, parcerias com outras instituições e com comunidade, objetivando formação permanente de inclu-

são social.

Durante as comemorações, Dentinho aproveitou para lançar o novo programa que será desenvolvido com a parceria do Cerimonial da Presidência, da Coordenadoria de Informações, da Casa Militar e da Divisão de Imprensa: *Conhecendo o Parlamento - a Universidade e o Legislativo*, a. Por intermédio da Escola, as universidades podem agendar visitas em grupos de 25 alunos, para palestras e conhecimento do funcionamento da Alesc. As palestras são preparadas de acordo com a área de interesse da faculdade visitante. "Com este programa, queremos garantir que este Legislativo saia de seu ninho, de sua prática. Também estamos apresentando uma cartilha com a prestação de contas da Es-

cola", informou Dentinho.

Ao participar do Programa *Conhecendo o Parlamento...*, o cidadão é recebido por profissionais da Assembleia que acompanham todo o passeio pelas instalações do Poder Legislativo catarinense, esclarecendo e informando sobre a função política e legislativa desta Casa. O roteiro de visitas passa pelo Plenário Osni Régis, Galeria Meyer Filho, Comissões Técnicas Permanentes, ala dos gabinetes parlamentares, Plenarinho e palestras. Os contatos para agendamento devem ser feitos através do fax (048) 221-2916 ou pelo formulário no endereço eletrônico www.alesc.sc.gov.br. (DAB)



Carla Pedrozo, diretora da Escola, e o presidente, deputado Dentinho